

## SOCIEDADE &amp; NEGÓCIOS

# EXPROPRIAÇÕES DE TERRAS SEM INDEMNIZAÇÕES, MAS COM EXCEPÇÕES, NA RAS



Um comité de peritos, constituído pelo Presidente **Cyril Ramaphosa**, para avaliar as expropriações de terras concluiu que o processo pode ser feito sem o pagamento de indemnizações, mas defendeu a salvaguarda de excepções. Um comité consultivo de peritos sul-africanos apoiou uma redistribuição de terras sem a obrigatoriedade de indemnização aos proprietários expropriados, mas com algumas condições, noticiou no fim-de-semana o jornal francês *Le Monde Afrique*. Em Fevereiro de 2018, o Presidente Cyril Ramaphosa criou um comité de peritos e fez da reforma agrária uma prioridade. O alegado e assumido objectivo é corrigir as desigualdades entre a maioria negra e a minoria branca, herdada dos tempos do *apartheid* e que continua a suscitar preocupações tanto no interior como no exterior do país. Nas conclusões do trabalho, de acordo com o mesmo jornal, o comité pede mais clareza num projecto de lei de "expropriação", que sugere indemnizar apenas se a terra tenha sido abandonada ou

objecto de subvenções governamentais superiores ao seu valor.

O Parlamento sul-africano

**O TRIBUNAL SUL-AFRICANO DECIDIU SUSPENDER NA SEXTA-FEIRA OS PEDIDOS DE RESTRIÇÕES PÚBLICAS CONTRA O MINISTRO DAS EMPRESAS PÚBLICAS, PRAVIN GORDHAN, UMA DECISÃO QUE A IMPRENSA ESTÁ A REFERIR SER UM ALÍVIO PARA O PRESIDENTE CYRIL RAMAPHOSA, QUE ESTÁ A CONTAR COM ELE PARA REAVIVAR AS UNIDADES ESTATAIS QUE SE ENCONTRAM EM DIFICULDADES**

vai debater, até ao final do ano, a modificação da Constituição com o objectivo de reforçar as condições legais de confisco de terras. Segundo o comité, os proprietários que compraram as terras depois do fim do *apartheid*, em 1994, deviam ser tratados de forma diferente daqueles que a herdaram do regime segregacionista.

O tribunal sul-africano decidiu suspender na sexta-feira os pedidos de restrições públicas contra o ministro das Empresas Públicas, **Pravin Gordhan**, uma decisão que a imprensa está a referir ser um alívio para o Presidente Cyril Ramaphosa, que está a contar com ele para reavivar as unidades estatais que se encontram em dificuldades. Segundo a agência britânica de notícias *Reuters*, esta é a segunda vez em cerca de uma semana que o Ministério Público da África do Sul perde um caso de grande repercussão no tribunal, potencialmente minando a credibilidade das suas investigações.

O Presidente Cyril Ramaphosa havia recebido indicações do Ministério Público, através do organismo encarregado de proteger os bens do Estado, para adoptar "**medidas disciplinares apropriadas**" contra Pravin Gordhan, depois de supostas suspeitas de que havia violado a Constituição e um código de ética executiva.

Gordhan, que supervisiona os esforços para recuperar empresas em dificuldades, como a estatal de energia eléctrica Eskom, pediu uma decisão final urgente.

O porta-voz do protector público, **Oupa Segalwe**, disse que a decisão final do tribunal foi decepcionante e alega que Gordhan violou a Constituição ao exceder os poderes como comissário fiscal, uma década atrás, ao criar uma

unidade de investigação para reprimir a economia ilegal.

## Mulheres atingem objectivos

Entretanto, a conquista das mulheres em 50% de cargos ministeriais coloca a África do Sul entre os onze países que atingiram a meta definida pela ONU Mulheres, disse a ministra sul-africana junto da Presidência, **Maitê Nkoana Mashabane**. O número responde à meta definida pela ONU no que toca à igualdade entre os sexos na ocupação de postos governamentais nos países membros (50% para homens e mulheres).

Ao falar no encerramento da jornada alusiva ao Mês da Mulher sul-africana, realizado sábado, Maitê Nkoana Mashabane disse que o talento e dedicação das mulheres têm contribuído positivamente para a elevação do nível de vida das comunidades.

A governante, que também responde pela pasta da Mulher, Juventude e Pessoas Portadoras de Deficiências, afirmou que a luta pela igualdade e emancipação da mulher deve prosseguir, de modo a que esta beneficie dos direitos consagrados na Constituição. Desde 1994 (ano das eleições multipartidárias), pela primeira vez na história do país, o Governo, nesta sua sexta administração, é formado por 50% de ambos os sexos.

Nas administrações, as mulheres ocupam cerca de 40% de lugares, num país onde a força laboral feminina ultrapassa os 50%.

A ONU Mulheres e o Pacto Global criaram os Princípios de empoderamento das mulheres, cujos fundamentos são um conjunto de considerações que ajudam a comunidade empresarial a incorporar nos seus negócios valores e práticas que visem a equidade de género e a promoção das mulheres.

REDACÇÃO